

DEMOGRAFIA MÉDICA NO BRASIL

Panorama da oferta de médicos no Brasil é atualizado após o censo do IBGE

destaques

- Brasil poderá ter 1,3 milhão de médicos e 6,3 profissionais por 1.000 habitantes, se forem abertos todos os cursos de medicina pretendidos via ações judiciais
- País tem agora 2,7 médicos por 1.000 habitantes; Distrito Federal tem seis e Maranhão tem um médico por 1.000 habitantes
- Aumenta a defasagem entre número de estudantes de graduação e de médicos cursando Residência Médica
- Médicos especialistas estão mal distribuídos e podem ser insuficientes para as demandas do sistema de saúde e da população

À luz dos dados mais recentes do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 2,69 médicos por 1.000 habitantes. São 545.767¹ médicos para uma população total de 203.062.512 pessoas.

Conduzido pela Faculdade de Medicina da USP em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB), o estudo *Demografia Médica no Brasil 2023* (DMB)² atualiza, nesta publicação, indicadores e projeções sobre oferta e distribuição de médicos, considerando agora os novos dados populacionais do IBGE apresentados no Censo 2022.

Até o ano de 2021, estimativas do próprio instituto indicavam cerca de 10 milhões de pessoas a mais do que o total recenseado em 2022. A nova contagem da população permite estimar com mais precisão qual é a disponibilidade de médicos em relação ao número real de habitantes de determinado território.

Conceitos e medidas da demografia têm grande importância para pesquisas no campo da Saúde Coletiva³. Na Epidemiologia, indicadores demográficos e estatísticas vitais são usados nas investigações sobre condições de saúde – desde estrutura etária da população, mortalidade geral e infantil ou esperança de vida ao nascer até fecundidade e urbanização, entre outros exemplos. Na área de Políticas de Saúde, a demografia é fundamental para a gestão e planejamento de serviços e de recursos humanos necessários ao sistema de saúde.

A demografia aplicada às profissões de saúde e, em especial, aos médicos, tem sido utilizada por instituições, governos e organismos internacionais para medir a distribuição geográfica, estrutura etária e gênero, entradas, saídas e rotatividade dos profissionais de saúde no mercado de trabalho, dentre outras aplicações⁴.

O estudo *Demografia Médica no Brasil*² busca traçar características, cenários e tendências da população de médicos, seus aspectos sociodemográficos, de formação e trabalho. O aumento do número de médicos, desigualdades na distribuição dos profissionais, feminização da medicina, mudanças na formação, produção assistencial e participação dos médicos no sistema de saúde brasileiro são temas abordados pela pesquisa desde 2010.

A oferta e a distribuição dos médicos no Brasil em relação às populações das regiões, unidades da Federação e municípios são atualizadas a seguir. A comparação do Brasil com outros países, a projeção da oferta de profissionais até 2035, a distribuição de médicos especialistas e de estudantes de medicina completam este material suplementar de *Demografia Médica no Brasil*.

Como foi realizado o estudo?

Foram considerados os resultados do Censo 2022 do IBGE. Apresentados em diferentes níveis geográficos, os dados da população recenseada nos 5.570 municípios brasileiros estão disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)⁵ e em publicação do Instituto⁶. Notas Técnicas do IBGE detalham aspectos metodológicos, termos e conceitos úteis.

As informações sobre número e localização dos médicos são originárias de bases públicas do Conselho Federal de Medicina (CFM)⁷ e estudos anteriores de demografia médica² já publicados.

O termo “densidade médica” corresponde ao número de profissionais médicos em relação à população de determinado território. Este estudo adota a razão de médicos por 1.000 habitantes, que é um indicador internacional de demografia médica.

Por limitação das bases de dados, considerou-se tanto o número de indivíduos médicos (545.767) quanto o número de registros de médicos (596.796). A diferença de 51.029 médicos entre os dois grupos equivale aos profissionais com registros secundários, inscritos em mais de um Conselho Regional de Medicina (CRM), o que é legalmente previsto. São médicos que podem ocupar postos de trabalho em mais de um estado ou que se deslocam temporariamente de um estado para outro, dentre outros motivos.

Na contagem nacional, utiliza-se o número de indivíduos. Já na contagem segundo regiões, estados ou municípios, é usado o número de registros de médicos em cada CRM. O número de médicos com mais de um registro tem diminuído em função de ajustes nas bases dos CRMs e do CFM.

Os dados da oferta de médicos em especialidades médicas por 100 mil habitantes foram atualizados na presente publicação. Médico especialista, neste estudo, é quem concluiu um programa de Residência Médica ou obteve título junto às sociedades médicas filiadas à Associação Médica Brasileira (AMB). Especialistas com mais de um título são contados em cada especialidade e médicos com registro ativo em mais de um CRM são contabilizados em cada unidade da Federação. Considera-se “generalista” o médico que concluiu a graduação, mas não obteve título de especialista.

Em 2022, existiam 321.581 médicos especialistas no Brasil, o que correspondia a 62,5% dos profissionais em atividade no país. Os demais 192.634 médicos (37,5%) eram generalistas.

Outro indicador usado é o de estudantes de medicina por 1.000 habitantes, aplicado às unidades da Federação e grandes regiões. A população de estudantes foi extraída da seção “Cursos de Graduação - Medicina” do Censo da Educação Superior⁸, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Para a projeção da oferta de médicos até 2035 foi utilizado modelo da Dinâmica de Sistemas⁹, que parte do pressuposto de que a oferta de médicos é pautada por fatores dinâmicos e dependentes¹⁰.

A comparação do Brasil com outros países utiliza dados coletados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹¹.

Não existem taxas padronizadas ideais de profissionais por habitantes para todo o Brasil ou para os países. Fatores regionais, demográficos, socioeconômicos, epidemiológicos e relacionados à organização do sistema de saúde local podem demandar mais ou menos profissionais.

Há que se destacar, também, que a dimensão espacial da distribuição de médicos no Brasil não capta a presença de profissionais em estruturas públicas e privadas, que muitas vezes atendem populações distintas, nem aspectos como o tipo de trabalho, número de pacientes atendidos por profissional ou distância geográfica percorrida pelo paciente até o médico ou serviço de saúde.

A presença territorial de médicos não é, portanto, o único determinante de acesso à assistência em saúde no Brasil.

Brasil alcança 2,7 médicos por 1.000 habitantes

O Brasil conta com 545.767 médicos, o que corresponde à densidade de 2,69 profissionais por 1.000 habitantes, considerando o novo censo do IBGE.

A razão médico/habitante originalmente calculada foi reajustada para mais porque o IBGE identificou crescimento menor da população do que em estimativas divulgadas anteriormente.

Tomando por base os oito censos mais recentes do IBGE, a população brasileira cresceu 291%, de 51,9 milhões de habitantes em 1950 para 203 milhões em 2022. No mesmo período, o número de médicos saltou de 22,7 mil para 545,7 mil – ou 2.301% de crescimento (Tabela 1).

Em pouco mais de duas décadas, de 2000 a 2022, o número de médicos mais do que dobrou no Brasil. No mesmo período, o país passou de 1,41 para 2,69 médicos por 1.000 habitantes (Figura 1).

No intervalo entre os dois censos mais recentes, o crescimento da população brasileira desacelerou em relação a contagens anteriores, aumentando 6,5%, um acréscimo de 12,3 milhões de habitantes em 12 anos. Já a população de médicos, no mesmo período, cresceu 70,3%, um aumento de 225.290 profissionais em 12 anos. O crescimento está relacionado à abertura de cursos e vagas de graduação em medicina.

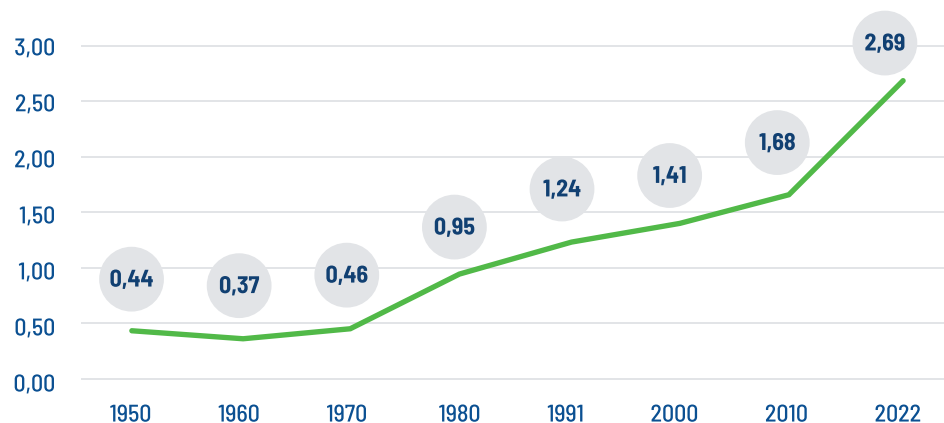
Tabela 1 POPULAÇÃO, NÚMERO DE MÉDICOS E RAZÃO DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ENTRE 1950 E 2022 – BRASIL, 2023

Ano do Censo do IBGE	População	Taxa de crescimento (%)	Número de médicos	Taxa de crescimento (%)	Médicos por 1.000 habitantes
1950	51.941.767	-	22.730	-	0,44
1960	70.070.457	34,9	25.841	13,7	0,37
1970	93.139.037	32,9	42.718	65,3	0,46
1980	119.002.706	27,8	113.495	165,7	0,95
1991	146.825.475	23,4	182.033	60,4	1,24
2000	169.799.170	15,6	239.110	31,4	1,41
2010	190.755.799	12,3	320.477	34,0	1,68
2022	203.062.512	6,5	545.767	70,3	2,69

► Nota: Nesta tabela foi utilizado o número de médicos/indivíduos (545.767 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

Figura 1 EVOLUÇÃO DA RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES ENTRE 1950 E 2022 – BRASIL, 2023



► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

Brasil tem densidade médica semelhante a Japão e EUA

Com 2,69 médicos por 1.000 habitantes, o Brasil passa a ter densidade médica próxima à dos Estados Unidos, Japão, Canadá e Chile. Já Reino Unido, França, Alemanha e Espanha têm densidade médica maior que a brasileira (Figura 2). O Brasil continua abaixo da média dos países da OCDE¹¹, que é de 3,7 médicos por 1.000 habitantes.

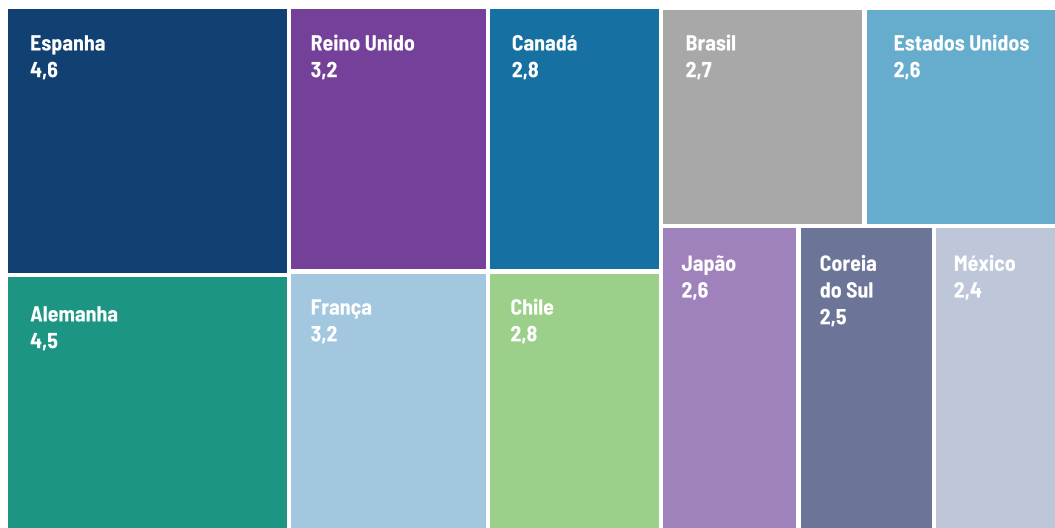
Comparações internacionais sobre médicos devem ser interpretadas com ressalvas devido às diferenças na forma como os profissionais são definidos ou contados pelos países.

Não existe norma ou padrão mundial de densidade mínima de médicos recomendada¹².

Alguns países, como a Inglaterra, consideram o número de profissionais individuais, mas também o *full-time equivalent* (FTE) da força de trabalho, que equivale ao tempo completo de horas contratadas pelo sistema público de saúde e que são de fato usadas pelos médicos para atender a população.

No caso brasileiro, a intensidade da distribuição desigual de médicos no território e as características do sistema de saúde, que geram maior concentração de profissionais no setor privado do que no SUS, proporcionalmente às populações cobertas, limitam a comparação da taxa nacional com a de outras nações.

Figura 2 RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS - BRASIL, 2023



► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: OCDE; IBGE e CFM.

Distrito Federal tem seis médicos por 1.000 habitantes; Maranhão tem um

Considerando que o Brasil registra agora 2,69 médicos por 1.000 habitantes, duas das grandes regiões estão abaixo da média nacional: o Norte, com 1,65, e o Nordeste, com 2,09 (Tabela 2). É a primeira vez, no entanto, que o Nordeste como um todo passa a registrar mais de dois médicos por 1.000 habitantes, embora existam diferenças entre os estados da região.

O Sudeste tem a maior densidade médica (3,62), seguido de Centro-Oeste (3,28), muito em função do Distrito Federal, e da região Sul (3,12).

Tabela 2 POPULAÇÃO, REGISTROS DE MÉDICOS E RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO GRANDES REGIÕES EM 2022 - BRASIL, 2023

Região	População	Médicos	Médicos por 1.000 habitantes
Sudeste	84.847.187	307.026	3,62
Centro-Oeste	16.287.809	53.352	3,28
Sul	29.933.315	93.409	3,12
Nordeste	54.644.582	114.407	2,09
Norte	17.349.619	28.602	1,65

► Nota: Nesta tabela foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

Ao adequar os dados da população total do país, antes superestimada, o Censo 2022 alterou o ranking de algumas unidades da Federação (Tabela 3). Com isso, há mudanças também no cálculo da densidade de médicos.

Dezenove estados, nenhum deles das regiões Sudeste e Sul, têm taxa de médicos por habitantes abaixo da média nacional. Sete estados têm menos de dois médicos por 1.000 habitantes (Figura 3).

São Paulo é o estado mais populoso e o terceiro com mais médicos por habitantes. Já Roraima tem o menor número de habitantes (636 mil) e é o sexto estado com menor densidade médica.

O DF ultrapassou a marca de seis médicos por 1.000 habitantes, maior densidade do país, seguido de Rio de Janeiro (4,19) e São Paulo (3,57).

Com os ajustes da base populacional, Espírito Santo (três médicos por 1.000 habitantes) e Minas Gerais (3,30) passaram à frente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que antes tinham maior densidade de médicos. Paraíba continua sendo o estado do Nordeste com mais médicos por 1.000 habitantes (2,89).

Em relação à demografia médica observada anteriormente², alguns estados subiram posições no ranking de médicos por 1.000 habitantes, a exemplo de Piauí, agora com 2,34, e Rondônia (2,67). Outros, como Pernambuco (2,31) e Mato Grosso (2,23), caíram posições.

Maranhão passou a ser o estado com menor densidade médica do país (1,17), lugar ocupado antes pelo Pará, agora com 1,33 médicos por 1.000 habitantes.

A taxa de médicos por 1.000 habitantes segundo os dados atualizados do IBGE “encolheu” nos estados de Amapá, Maranhão, Mato Grosso e Santa Catarina.

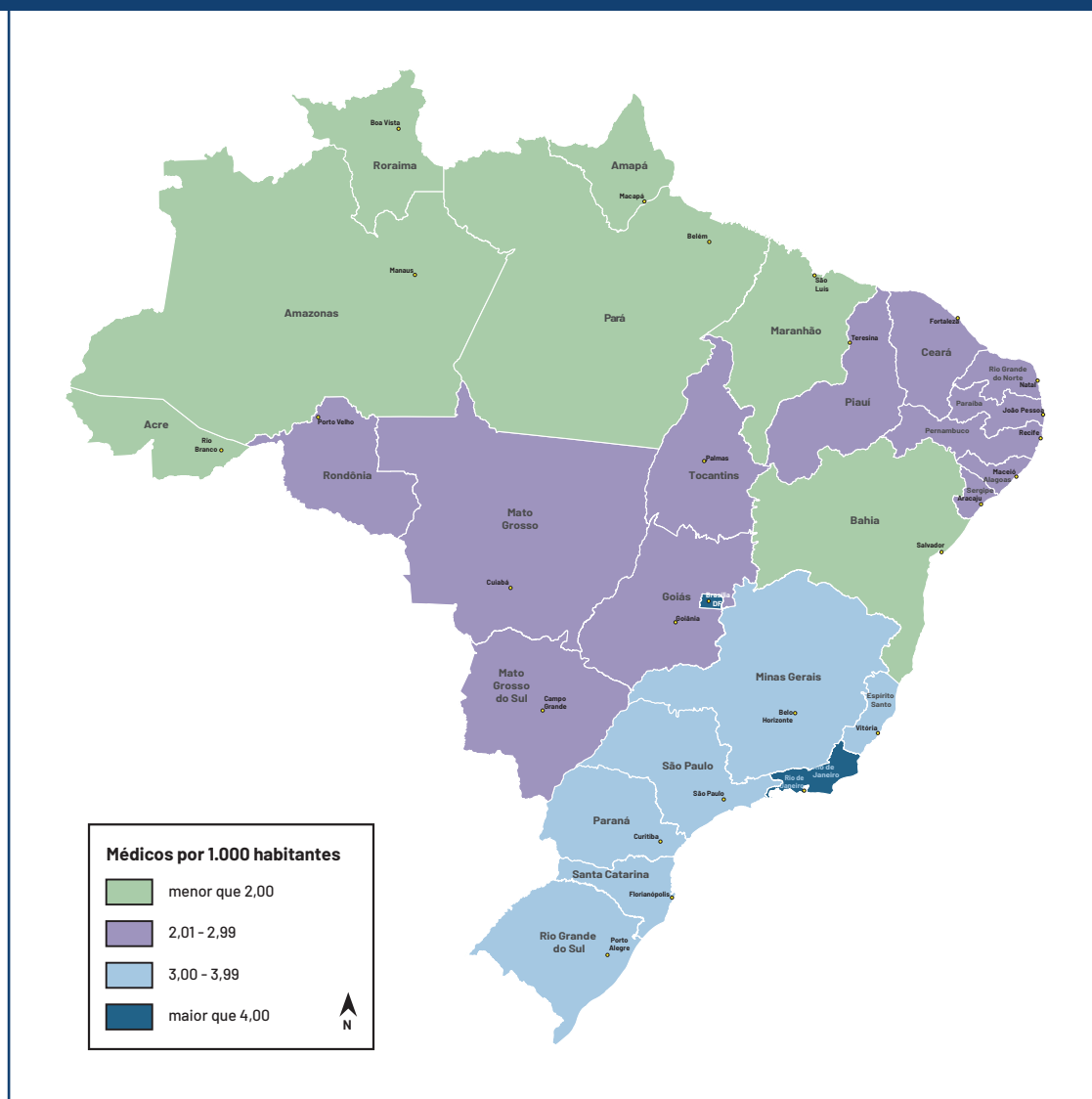
Tabela 3 POPULAÇÃO, REGISTROS DE MÉDICOS E RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 2022 - BRASIL, 2023

UF	População	Médicos	Médicos por 1.000 habitantes
Distrito Federal	2.817.068	17.276	6,13
Rio de Janeiro	16.054.524	67.293	4,19
São Paulo	44.420.459	158.719	3,57
Espírito Santo	3.833.486	13.285	3,47
Minas Gerais	20.538.718	67.729	3,30
Rio Grande do Sul	10.880.506	35.377	3,25
Paraná	11.443.208	35.150	3,07
Santa Catarina	7.609.601	22.882	3,01
Mato Grosso do Sul	2.756.700	8.066	2,93
Paraíba	3.974.495	11.504	2,89
Goiás	7.055.228	19.843	2,81
Rondônia	1.581.016	4.227	2,67
Tocantins	1.511.459	3.869	2,56
Sergipe	2.209.558	5.388	2,44
Piauí	3.269.200	7.662	2,34
Pernambuco	9.058.155	20.904	2,31
Rio Grande do Norte	3.302.406	7.624	2,31
Mato Grosso	3.658.813	8.167	2,23
Alagoas	3.127.511	6.693	2,14
Ceará	8.791.688	18.836	2,14
Bahia	14.136.417	27.836	1,97
Roraima	636.303	1.141	1,79
Acre	830.026	1.445	1,74
Amazonas	3.941.175	6.058	1,54
Amapá	733.508	1.064	1,45
Pará	8.116.132	10.798	1,33
Maranhão	6.775.152	7.960	1,17

► Nota: Nesta tabela foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

Figura 3 RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 2022 - BRASIL 2023



► Nota: Nesta figura foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

CONCENTRAÇÃO NAS CAPITALS

Nove capitais – Salvador, Natal, Belém, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Fortaleza – tiveram retração populacional nos últimos 12 anos segundo o Censo 2022. Nas demais capitais, a população aumentou, com os maiores crescimentos registrados em Palmas, Florianópolis, Cuiabá, João Pessoa e Manaus (Tabela 4).

Assim, houve alterações na taxa de médicos por habitantes em relação à edição anterior do estudo *Demografia Médica no Brasil*².

Florianópolis, por exemplo, registra quase dois médicos por 1.000 habitantes a menos. A taxa também diminuiu em Cuiabá e São Luís.

Vitória, que já era a capital brasileira com maior densidade médica, tem agora 18,14 médicos por 1.000 habitantes, um acréscimo de 3,65 após o ajuste populacional. A capital do Espírito Santo é seguida por Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte e Recife, todas com mais de oito profissionais por 1.000 habitantes.

No outro extremo das capitais, com menos de três médicos por 1.000 habitantes, estão Macapá (2,21), Boa Vista (2,68) e Manaus (2,77).

Tabela 4 POPULAÇÃO GERAL, REGISTROS DE MÉDICOS E RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO CAPITALS, EM 2022 - BRASIL, 2023

Capitais	População	Médicos	Médicos por 1.000 habitantes
Vitória	322.869	5.858	18,14
Porto Alegre	1.332.570	15.389	11,55
Florianópolis	537.213	5.532	10,30
Belo Horizonte	2.315.560	22.176	9,58
Recife	1.488.920	14.160	9,51
Curitiba	1.773.733	15.316	8,63
Goiânia	1.437.237	12.181	8,48
João Pessoa	833.932	7.006	8,40
Aracaju	602.757	4.882	8,10
Teresina	866.300	6.132	7,08
Natal	751.300	5.317	7,08
Rio de Janeiro	6.211.423	42.579	6,85
São Paulo	11.451.245	74.939	6,54
Salvador	2.418.005	15.694	6,49
Brasília	2.817.068	17.276	6,13
Cuiabá	650.912	3.891	5,98
Palmas	302.692	1.765	5,83
Maceió	957.916	5.488	5,73
Belém	1.303.389	7.308	5,61
Fortaleza	2.428.678	13.221	5,44
Campo Grande	897.938	4.668	5,20
Porto Velho	460.413	2.181	4,74
São Luís	1.037.775	4.898	4,72
Rio Branco	364.756	1.099	3,01
Manaus	2.063.547	5.710	2,77
Boa Vista	413.486	1.108	2,68
Macapá	442.933	979	2,21
Brasil (Capitais)	46.484.567	316.753	6,81

► Nota: Nesta tabela foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

62% dos médicos estão onde vivem 29% da população

A desigualdade na distribuição de médicos no Brasil fica ainda mais evidente no agrupamento de municípios segundo estratos populacionais e com base no Censo 2022 do IBGE (**Tabela 5**).

Dentre os 5.570 municípios do país, 3.861 (69,3%) têm até 20 mil habitantes. Juntas, essas cidades têm cerca de 31,9 milhões de habitantes ou 15,8% da população brasileira. Nesse mesmo conjunto estão apenas 16,7 mil médicos, ou 2,8% do total de profissionais do país.

Inversamente, nas 41 cidades com mais de 500 mil habitantes, onde vivem 29% da população nacional, estão concentrados 61,5% dos médicos.

As 319 cidades com mais de 100 mil habitantes concentram 57% dos habitantes e 85,5% dos médicos do país.

Tabela 5 POPULAÇÃO, REGISTROS DE MÉDICOS E RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO MUNICÍPIOS AGRUPADOS POR ESTRATOS POPULACIONAIS EM 2022 – BRASIL, 2023

Estrato populacional	Municípios	População	% População	Médicos	% Médicos	Médicos por 1.000 habitantes*
≥500 mil	41	58.876.980	29,0%	366.737	61,5%	6,23
100 a 500 mil	278	56.768.154	28,0%	142.437	23,9%	2,51
50 a 100 mil	337	23.417.569	11,5%	39.205	6,6%	1,67
20 a 50 mil	1.053	31.986.964	15,8%	31.652	5,3%	0,99
10 a 20 mil	1.366	19.228.533	9,5%	10.801	1,8%	0,56
5 a 10 mil	1.171	8.341.946	4,1%	4.063	0,7%	0,49
≤5 mil	1.324	4.442.366	2,2%	1.901	0,3%	0,43

* Estimativa média da razão médico/habitante entre os municípios do grupo.

► Nota: Nesta tabela foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

O mapa a seguir (**Figura 4**) permite visualizar a distribuição de médicos por habitantes em quatro conjuntos de municípios agrupados segundo porte populacional. Assim como na **Tabela 5**, trata-se da estimativa média da razão médico/habitante entre as cidades que compõem cada grupo.

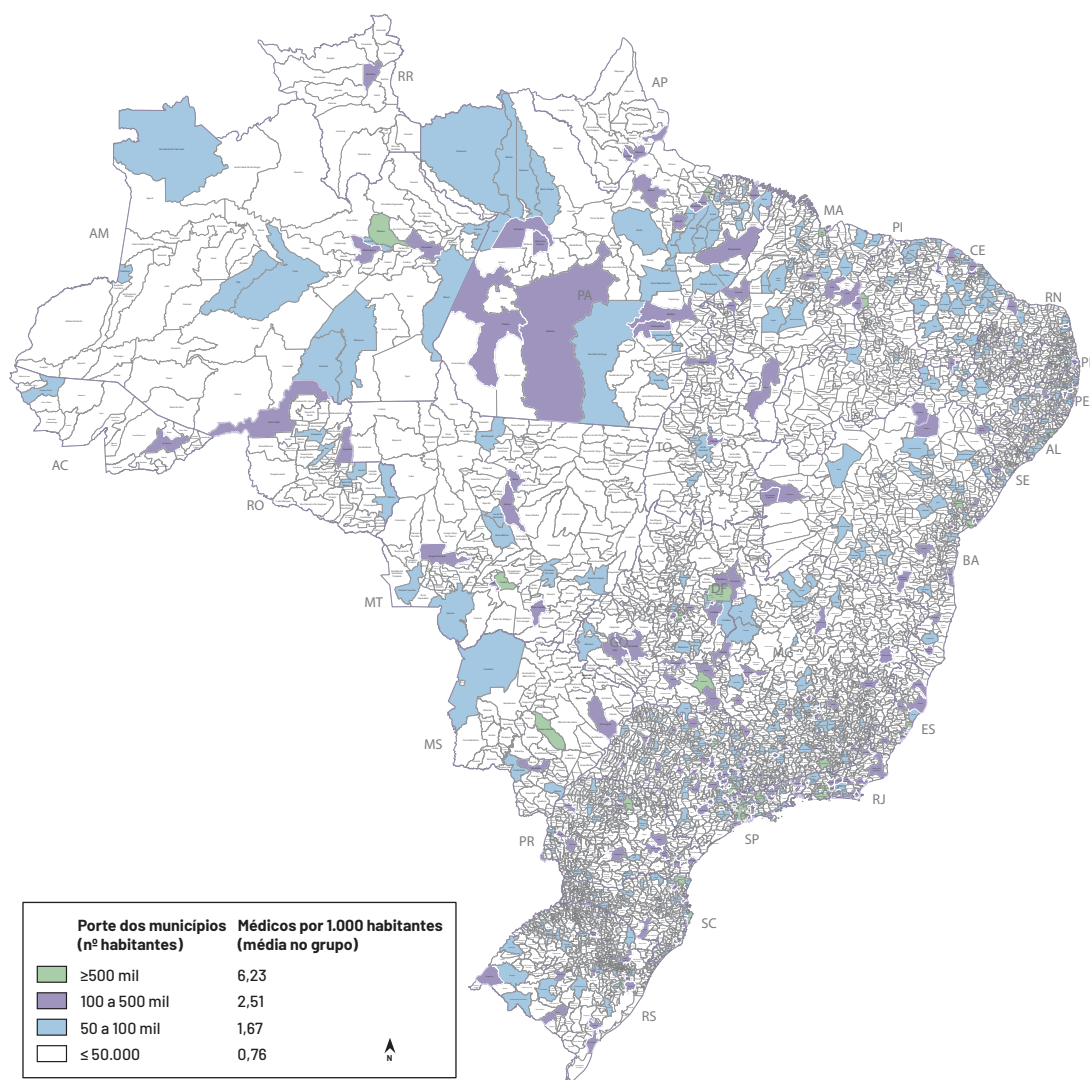
Na cor branca estão retratados no mapa todos os municípios com menos de 50 mil habitantes e que têm, em média, 0,76 médicos por 1.000 habitantes. É possível supor que quanto maior a proximidade desses municípios com cidades que têm maior densidade médica (cores verde, roxa e azul, no mapa) maior a chance de serem beneficiados pelo deslocamento pendular de médicos.

O estudo Demografia Médica de 2020¹³, por meio de inquérito, verificou que 27% dos médicos trabalhavam na cidade onde moravam, mas também se deslocavam, em algum dia da semana ou jornada, para trabalhar em outra localidade; e 8% dos médicos trabalhavam sempre em município diferente de onde moravam. Nos interiores, mais frequentemente, os médicos trabalham em mais de um município diferente do seu endereço de moradia.

Devido a dinâmica do emprego médico, não há registro, nas bases disponíveis ao estudo, de locais exatos de trabalho do profissional, mas sim do endereço de domicílio referido pelo médico na ocasião de seu registro no CRM, informação nem sempre atualizada.

Vê-se também no mapa que muitos municípios, sobretudo da região Norte, além da baixa razão médico/habitante, têm grande extensão territorial, o que pode acrescentar obstáculos de acesso das pessoas a serviços e profissionais de saúde.

Figura 4 RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO MUNICÍPIOS AGRUPADOS POR ESTRATOS POPULACIONAIS, EM 2022 - BRASIL, 2023



► Notas: Estimativa média da razão médico/habitante entre os municípios do grupo. Nesta figura foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

Brasil poderá ter mais de 1,3 milhão de médicos em 2035

Em 2035, conforme três cenários considerados a seguir, o Brasil terá de um a 1,3 milhão de médicos (**Figura 5**). As projeções consideraram a taxa de crescimento populacional observada pelo IBGE entre 2010 e 2022 e distintas hipóteses de intensidade de abertura de cursos e vagas de medicina.

O **cenário 1**, o mais “conservador”, considera, para os próximos 12 anos, o mesmo patamar de novas vagas de graduação observado entre 2018 e 2023, período marcado por relativa “moratória” na abertura de cursos.

Neste **cenário 1**, o número de médicos em atividade no Brasil em 2035 seria de 1.041.608, o que corresponderia à razão de 4,81 médicos por 1.000 habitantes. Em relação ao total de médicos em 2023 (545.767), o aumento seria de 495.841 profissionais (90,8%).

No outro extremo, o **cenário 3**, mais “expansivo”, leva em conta a continuidade da abertura de cursos de medicina em larga escala. Neste caso, considerou-se o fato de que, em agosto de 2023, o MEC registrava 335 ações judiciais que demandavam a abertura de novos cursos e 34 ações que visavam aumento de vagas em cursos já existentes, totalizando 60.327 novas vagas pretendidas por Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

O **cenário 3** considera a hipótese de liberação de todas as vagas judicializadas, o que levaria a um aumento hipotético de 8.619 novas vagas de graduação em média, por ano, no período projetado. Para cálculos da projeção até 2035, o último ano inserido no modelo foi 2029, considerando os seis anos de duração do curso de medicina. Quer dizer, novas escolas e vagas abertas após 2029 não formarão médicos antes de 2035.

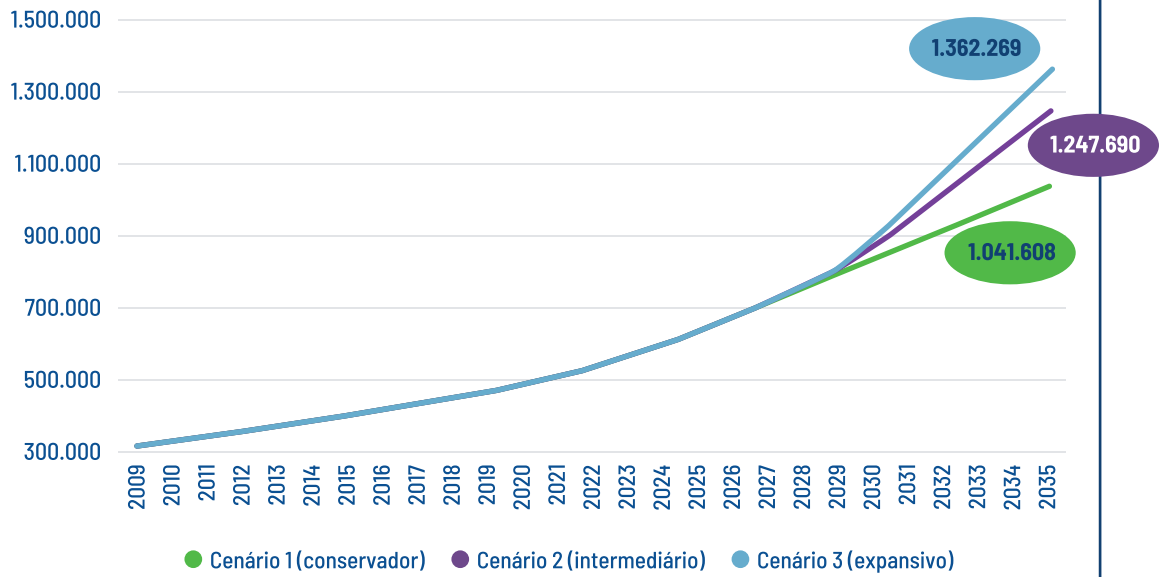
Neste **cenário 3**, o Brasil contaria com 1.362.269 médicos e razão de 6,30 médicos por 1.000 habitantes. O aumento seria de 816.502 novos médicos (150%).

O **cenário 2**, “intermediário”, considera que nem todos os cursos judicializados serão abertos, mas prevê novas autorizações como consequência de decisões recentes do MEC¹⁴ e do STF¹⁵. Para efeito deste cenário de projeção, arbitrou-se que pelo menos dois terços das vagas pretendidas por instituições de ensino privadas (cerca de 40 mil) seriam autorizadas pelo governo federal, seja via novos editais da lei Mais Médicos ou após tramitação iniciada no MEC por força de liminares.

Isso acarretaria aumento hipotético de 5.720 novas vagas de graduação em média, por ano, entre os anos projetados.

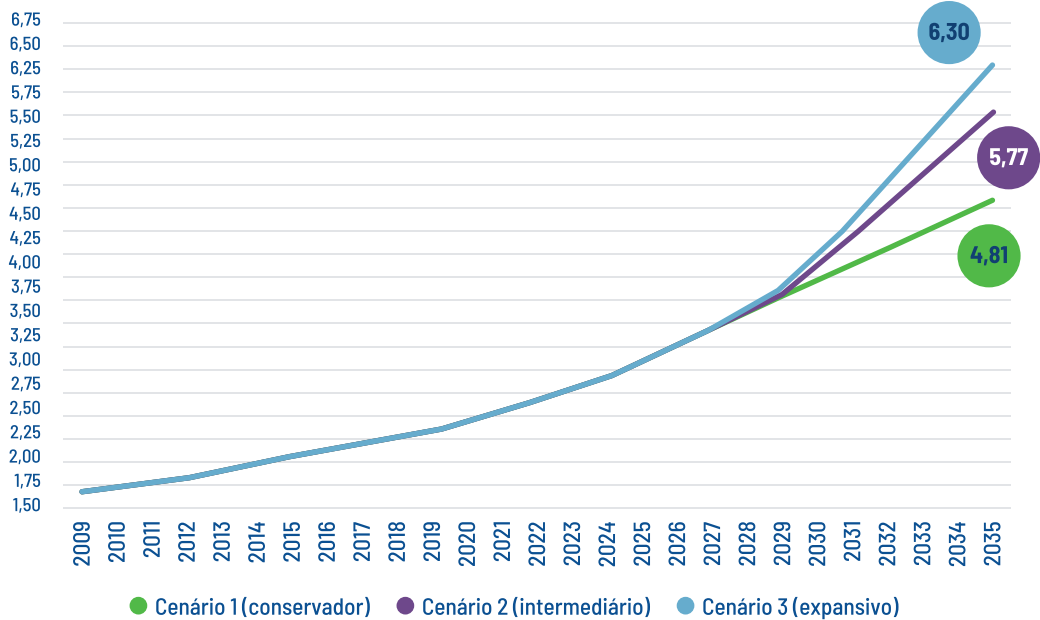
Neste **cenário 2**, o país chegaria a 2035 com um total de 1.247.690 médicos e taxa de 5,77 médicos por 1.000 habitantes. Seriam acrescidos 701.923 médicos, um aumento de 128,6% em relação a 2023.

Figura 5 PROJEÇÃO DO NÚMERO DE MÉDICOS NO BRASIL ATÉ O ANO DE 2035 CONSIDERANDO TRÊS CENÁRIOS DISTINTOS – BRASIL, 2023



► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

Figura 6 PROJEÇÃO DA RAZÃO DE MÉDICOS POR 1.000 HABITANTES NO BRASIL ATÉ O ANO DE 2035 CONSIDERANDO TRÊS CENÁRIOS DISTINTOS – BRASIL, 2023



► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: IBGE e CFM.

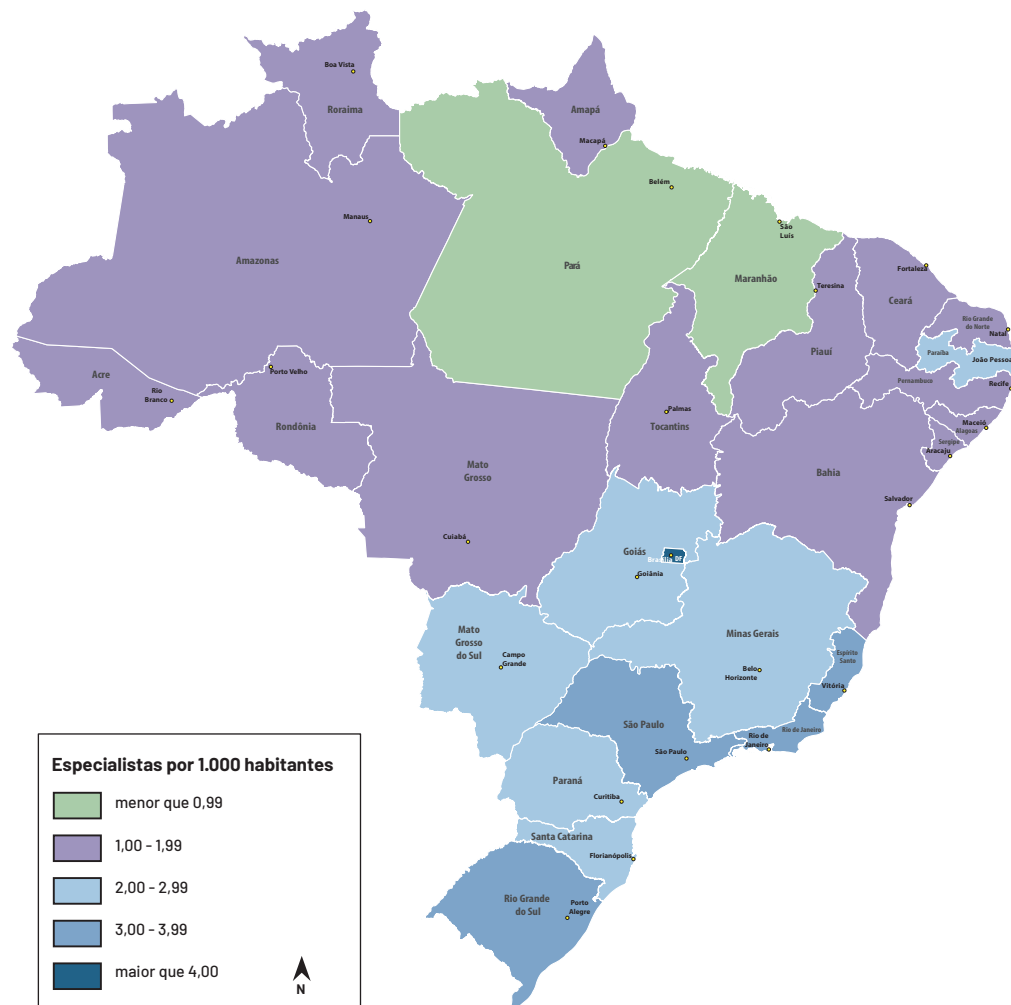
Médicos especialistas estão concentrados e mal distribuídos

O Brasil conta com 1,58 médico especialista por 1.000 habitantes, considerando todos os profissionais titulados em pelo menos uma das 55 especialidades médicas reconhecidas e a população do Censo 2022 do IBGE (Figura 7).

A distribuição de especialistas, assim como dos médicos em geral, é desigual no Brasil.

Dados sistematizados de cada uma das 55 especialidades médicas, incluindo perfil e distribuição dos especialistas, estão disponíveis na edição do estudo *Demografia Médica no Brasil*² divulgada em 2023.

Figura 7 RAZÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 2023



► Nota: Nesta figura foi utilizado o número de registro de médicos (596.796 no Brasil).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: AMB; CNRM e IBGE.

O objetivo aqui é atualizar a taxa de médicos especialistas por 100 mil habitantes, considerando especialidades selecionadas (Tabela 6 - A a I).

O grupo “cirurgiões” inclui médicos de 16 especialidades envolvidas com cirurgias: Cirurgia Geral, Cirurgia Cardiovascular, Cirurgia da Mão, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Oncológica, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica, Cirurgia Torácica, Cirurgia Vascular, Neurocirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Urologia e Otorrinolaringologia. A essas, juntam-se a Ginecologia e Obstetria, pela realização de partos, e Anestesiologia, necessária aos atos cirúrgicos. Esse grande conjunto é definido na literatura como Força de Trabalho Cirúrgica (FTC)¹⁶.

Foram consideradas ainda cinco especialidades que têm em comum a grande demanda no SUS, também pelo fato de tratarem de situações e problemas de saúde mais prevalentes na população.

Em todas as especialidades estudadas há desigualdade de distribuição de médicos entre as unidades da Federação. Mas, em algumas delas, os médicos estão ainda mais concentrados em certos estados.

A taxa de cirurgiões por 100 mil habitantes no Pará (10,46), por exemplo, é seis vezes menor que no Distrito Federal (60,84).

A densidade de anestesiológicos no Maranhão (4,40), em outro exemplo, é cinco vezes menor que no Rio de Janeiro (22,54).

Apesar de a situação não estar captada neste levantamento, há maior presença de especialistas nas capitais do que nos interiores da maioria dos estados e, em muitos locais, há maior concentração de especialidades nos serviços privados do que no SUS.

Políticas públicas recentemente lançadas esbarram na falta de especialistas.

Segundo novas diretrizes¹⁷ do Ministério da Saúde para reorganização da Atenção Primária à Saúde, recomenda-se que as equipes multiprofissionais tenham, em sua composição, médico pediatra e ginecologista/obstetra. Entre as especialidades médicas com a maior quantidade de usuários em fila de espera para consultas na atenção primária destacam-se Cardiologia, Psiquiatria, e Ginecologia¹⁷. Medicina de Família e Comunidade e Clínica Médica são também especialidades requisitadas na Atenção Primária.

A cirurgia de catarata, realizada por oftalmologistas, está entre os principais motivos de filas no SUS ranqueados pelo Ministério da Saúde¹⁸. Anestesiologia, psiquiatria, pediatria, neurologia e algumas especialidades cirúrgicas, além de mal distribuídas, estão entre aquelas em que gestores públicos têm tido grande dificuldade de contratar médicos para atender ao “Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas”, do Ministério da Saúde.

A demora no atendimento médico especializado é a maior dificuldade relatada pelos usuários do SUS em São Paulo¹⁹. Em agosto de 2023 foi apresentada a “Tabela SUS Paulista”²⁰, por meio da qual o governo estadual pretende aumentar os valores pagos por procedimentos em especialidades. Um dos obstáculos é que, em São Paulo, a maior parte dos médicos especialistas atua em serviços voltados a quem tem plano de saúde privado, o que corresponde a 44% da população²¹.

Tabela 6 (A a I)

RAZÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS POR 100 MIL HABITANTES, SEGUNDO ESPECIALIDADES SELECIONADAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 2022 - BRASIL, 2023

A) Especialidades Cirúrgicas*		B) Anestesiologia		C) Ginecologia e Obstetria**	
UF	Especialistas por 100.000 habitantes	UF	Especialistas por 100.000 habitantes	UF	Especialistas por 100.000 mulheres > 14 anos
DF	60,84	DF	33,62	DF	99,62
SP	35,51	RJ	22,54	PB	56,55
RJ	32,79	ES	19,64	SP	51,90
RS	32,48	RS	19,46	RS	51,87
ES	30,89	PR	16,91	ES	51,20
PR	29,89	SP	16,73	SC	48,32
SC	28,82	SC	16,48	MS	48,31
MS	28,51	PB	16,33	MG	46,14
MG	26,54	BRASIL	14,46	PR	44,03
BRASIL	26,33	MG	14,46	RJ	42,64
GO	24,75	GO	13,45	BRASIL	41,69
PB	24,68	SE	13,44	GO	40,05
MT	21,62	MS	12,22	MT	38,61
SE	20,64	CE	11,49	SE	36,14
RO	19,80	PE	11,21	TO	35,16
TO	19,52	RN	11,20	RR	34,36
PE	18,82	MT	10,74	PI	33,08
PI	17,22	AL	10,14	RO	32,19
RN	17,08	BA	9,30	RN	32,13
BA	16,92	RO	8,54	AL	29,62
AP	16,63	PI	7,77	PE	29,43
AL	16,08	TO	7,74	BA	27,39
CE	15,90	AM	7,23	CE	26,75
RR	13,04	RR	7,07	AM	23,78
AM	12,38	AP	6,82	AP	22,19
AC	11,81	PA	5,63	AC	21,87
MA	11,75	AC	4,70	MA	18,78
PA	10,46	MA	4,40	PA	16,94

* O grupo "Especialidades Cirúrgicas" inclui médicos de 16 especialidades envolvidas com cirurgias: Cirurgia Geral, Cirurgia Cardiovascular, Cirurgia da Mão, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Oncológica, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica, Cirurgia Torácica, Cirurgia Vascular, Neurocirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Urologia e Otorrinolaringologia.

** A taxa de Ginecologistas e Obstetras por 100.000 habitantes considerou a população de mulheres acima de 14 anos. Como até o fechamento deste Informe Técnico o IBGE não havia divulgado os dados de sexo e idade do Censo 2022, foram usadas as estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022/IBGE..

D) Pediatria***		E) Clínica Médica		F) Medicina de Família e Comunidade	
UF	Especialistas por 100.000 hab. <18 anos	UF	Especialistas por 100.000 habitantes	UF	Especialistas por 100.000 habitantes
DF	229,26	DF	87,79	DF	13,10
RJ	149,85	RS	37,12	SC	11,89
SP	132,85	SP	35,70	RS	10,68
RS	124,29	RJ	35,17	PB	7,98
ES	121,38	SC	33,71	TO	7,87
MG	104,34	ES	33,34	RJ	7,36
SC	103,29	MG	32,10	MG	7,32
PR	96,89	PR	28,56	PR	6,76
PB	93,50	BRASIL	28,06	ES	6,34
BRASIL	91,88	PB	27,78	AC	6,14
MS	84,98	MS	24,49	RN	6,06
GO	72,16	PE	23,63	MT	6,04
SE	66,31	SE	23,58	BRASIL	5,54
CE	61,88	AL	21,58	CE	4,90
PE	60,65	GO	20,85	SP	4,76
RN	59,82	CE	20,72	MS	4,10
TO	57,49	BA	17,67	RR	3,93
AL	55,95	RN	16,53	GO	3,49
MT	55,38	RR	15,72	PE	3,42
RO	53,06	MT	15,44	SE	3,21
BA	52,07	PI	15,08	RO	3,04
RR	50,78	RO	14,99	AL	2,85
PI	43,86	TO	13,89	AM	2,59
AM	38,41	AP	11,86	PA	2,50
AP	31,67	AM	11,29	BA	2,43
AC	30,27	PA	10,74	PI	1,22
MA	27,81	MA	10,49	MA	1,00
PA	27,28	AC	10,24	AP	0,82

*** A taxa de Pediatras por 100.000 habitantes considerou a população total abaixo de 18 anos. Como até o fechamento deste Informe Técnico o IBGE não havia divulgado os dados de sexo e idade do Censo 2022, foram usadas as estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022/IBGE.

G) Psiquiatria		H) Oftalmologia		I) Cardiologia	
UF	Especialistas por 100.000 habitantes	UF	Especialistas por 100.000 habitantes	UF	Especialistas por 100.000 habitantes
DF	16,19	DF	20,23	DF	27,44
RS	16,11	SP	11,13	RJ	15,20
SP	9,32	RJ	10,64	RS	13,14
RJ	8,16	ES	10,62	ES	13,10
SC	8,15	MG	10,49	SP	12,23
MG	7,46	SC	9,58	MG	11,67
PR	7,14	PB	9,56	SC	11,08
BRASIL	6,84	PR	9,36	MS	10,77
MS	6,31	MS	9,32	PR	10,29
ES	6,16	GO	9,24	BRASIL	10,01
PB	5,86	BRASIL	8,85	PB	9,56
GO	5,27	RO	8,79	GO	9,26
RN	5,06	RS	8,11	SE	8,46
CE	4,58	RN	7,48	PE	7,92
AL	4,35	MT	6,91	BA	6,92
PI	3,92	PE	6,78	MT	6,81
SE	3,85	BA	6,59	RN	6,72
PE	3,72	CE	6,53	RO	5,82
MT	3,36	SE	6,43	AL	5,76
TO	3,11	PI	6,42	PI	5,32
RR	2,99	TO	6,15	TO	5,03
BA	2,91	RR	5,97	CE	4,96
RO	2,59	AP	5,86	AP	3,95
AC	2,17	AL	5,66	RR	3,77
AP	1,91	AC	4,34	MA	3,41
MA	1,86	MA	4,10	PA	3,19
PA	1,58	AM	3,68	AM	3,12
AM	1,52	PA	3,57	AC	2,89

► Nota: Nas tabelas A a I foi utilizado o número de registro de médicos. "Cirurgiões incluem 16 especialidades" (Ver Texto).
 ► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: AMB; CNRM e IBGE.

Melhora a distribuição de estudantes de medicina no Brasil

O indicador estudantes de medicina por 1.000 habitantes enfatiza o movimento da última década, de maior intensidade e dispersão territorial da abertura de cursos e vagas de graduação médica no país.

Os dados referem-se a 224.148 alunos matriculados do primeiro ao sexto ano de medicina em 365 escolas médicas ativas no Brasil em 2021, conforme o Censo da Educação Superior mais recente disponibilizado pelo INEP.

Em números absolutos, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram 44% dos estudantes de medicina do país (Tabela 7).

Já as maiores taxas de estudantes por 1.000 habitantes (Figura 8) são registradas em Tocantins (2,83), Paraíba (1,85) e Rondônia (1,64), com grande concentração nas respectivas capitais – Palmas (3,93), João Pessoa (4,89) e Porto Velho (3,98).

Estados que convivem atualmente com escassez de médicos poderiam se beneficiar no futuro, a exemplo de Piauí (1,35 estudante por 1.000 habitantes) e Acre (1,34); ou Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão, esses com menos de um estudante de medicina por 1.000 habitantes. Seria preciso, nestes casos, conter a migração pendular – de egressos dos cursos de medicina locais que retornam para suas origens, o que exigirá políticas públicas efetivas de permanência de médicos.

Em muitas situações, não bastará fixar ex-alunos no estado onde se formaram, mas também redistribuí-los para cidades do interior. A Bahia, por exemplo, possui um estudante de medicina por 1.000 habitantes, mas a capital, Salvador, concentra 2,77 estudantes por 1.000 habitantes (Figura 8).

Muitas capitais registram superconcentração de estudantes de medicina, indicando possível saturação de cursos e vagas de graduação em grandes centros.

Vitória (ES), a capital com mais médicos por 1.000 habitantes no país (18,14), é também a que concentra mais estudantes de medicina – 6,85 por 1.000 habitantes. Se, em hipótese, todos permanecerem na capital depois de formados, Vitória passaria a registrar impressionantes 25 médicos por 1.000 habitantes.

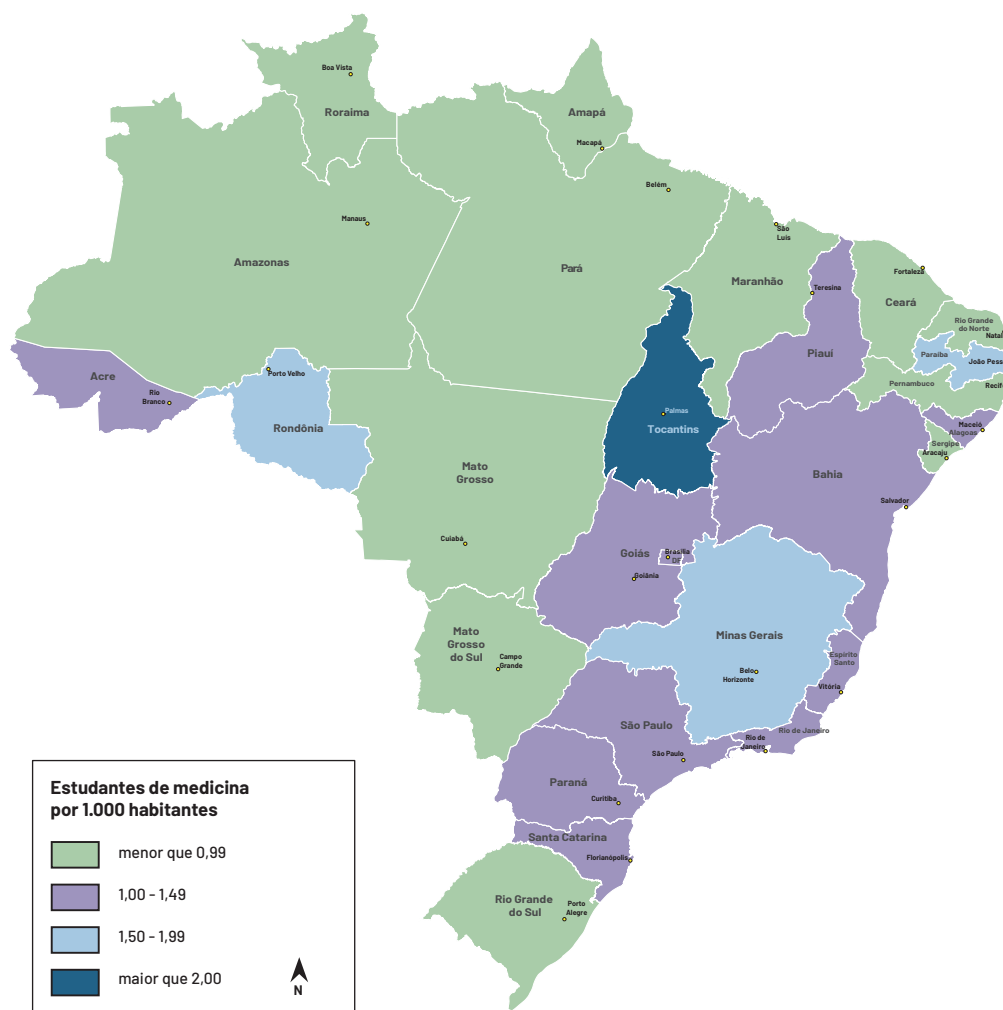
Outras capitais, como Porto Alegre, Florianópolis e Belo Horizonte, poderão assistir a um aumento desproporcional de médicos por habitantes nos próximos anos se novos cursos de medicina forem autorizados e se não houver mobilidade, para outros locais, dos egressos das escolas médicas já existentes nessas cidades.

O curso de medicina tem baixa evasão e cada aluno será, potencialmente, um futuro médico. Entretanto, pelos dados disponíveis, a localização das escolas ainda não mostra possível associação com a oferta de médicos. Nota-se que, em 2023, 6 mil vagas de graduação (14% do total) estavam em cidades com menos de 100 mil habitantes².

Por ser fenômeno recente, a “interiorização” do ensino médico demandará novos estudos à medida que avance o tempo de exposição dos egressos dos novos cursos de medicina no mercado de trabalho. Uma das hipóteses é que boa parte dos estudantes, depois de formados, principalmente no interior, não permanece no mesmo local ou região de graduação.

Para além do endereço e do perfil do curso de graduação deverão ser consideradas as motivações multifatoriais – pessoais, sociais, econômicas e de formação especializada – que levam os médicos a escolherem locais de moradia ou de exercício profissional.

Figura 8 RAZÃO DE ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 2023



► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: INEP/MEC; IBGE.

Tabela 7 POPULAÇÃO, ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA E RAZÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 2021 – BRASIL, 2023

UF	População	Estudantes	Estudantes por 1.000 habitantes
Tocantins	1.511.459	4.282	2,83
Paraíba	3.974.495	7.347	1,85
Rondônia	1.581.016	2.591	1,64
Minas Gerais	20.538.718	31.134	1,52
Goiás	7.055.228	9.513	1,35
Piauí	3.269.200	4.407	1,35
Acre	830.026	1.116	1,34
Distrito Federal	2.817.068	3.741	1,33
Rio de Janeiro	16.054.524	20.430	1,27
Espírito Santo	3.833.486	4.634	1,21
Paraná	11.443.208	13.183	1,15
São Paulo	44.420.459	46.837	1,05
Santa Catarina	7.609.601	7.892	1,04
Bahia	14.136.417	14.129	1,00
Alagoas	3.127.511	3.112	1,00
Pernambuco	9.058.155	8.941	0,99
Rio Grande do Sul	10.880.506	10.685	0,98
Rio Grande do Norte	3.302.406	3.189	0,97
Sergipe	2.209.558	2.077	0,94
Mato Grosso do Sul	2.756.700	2.584	0,94
Roraima	636.303	589	0,93
Mato Grosso	3.658.813	2.987	0,82
Amazonas	3.941.175	3.207	0,81
Ceará	8.791.688	6.448	0,73
Pará	8.116.132	5.238	0,65
Amapá	733.508	404	0,55
Maranhão	6.775.152	3.451	0,51
Brasil	203.062.512	224.148	1,10

► Nesta tabela foi utilizado o Censo IBGE 2022 para População Geral e o Censo INEP 2021 para o número de Estudantes.

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: INEP/MEC; IBGE.

Tabela 8 POPULAÇÃO, ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE MEDICINA E RAZÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA POR 1.000 HABITANTES, SEGUNDO CAPITAIS – BRASIL, 2023

Capital	População	Estudantes	Estudantes por 1.000 habitantes
Vitória	322.869	2.213	6,85
João Pessoa	833.932	4.077	4,89
Porto Velho	460.413	1.834	3,98
Palmas	302.692	1.191	3,93
Teresina	866.300	3.261	3,76
Recife	1.488.920	5.376	3,61
Belo Horizonte	2.315.560	7.656	3,31
Maceió	957.916	2.834	2,96
Rio Branco	364.756	1.016	2,79
Salvador	2.418.005	6.689	2,77
Curitiba	1.773.733	4.857	2,74
Aracaju	602.757	1.637	2,72
Natal	751.300	2.016	2,68
Belém	1.303.389	3.446	2,64
Campo Grande	897.938	1.675	1,87
Cuiabá	650.912	1.195	1,84
São Luís	1.037.775	1.721	1,66
Porto Alegre	1.332.570	2.075	1,56
Manaus	2.063.547	3.170	1,54
Fortaleza	2.428.678	3.537	1,46
Boa Vista	413.486	589	1,42
Brasília	2.817.068	3.741	1,33
Florianópolis	537.213	662	1,23
Rio de Janeiro	6.211.423	7.521	1,21
São Paulo	11.451.245	12.524	1,09
Goiânia	1.437.237	1.325	0,92
Macapá	442.933	404	0,91
BRASIL (CAPITAIS)	46.484.567	88.242	1,90

► Nesta tabela foi utilizado o Censo IBGE 2022 para População Geral e o Censo INEP 2021 para o número de Estudantes.

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: INEP/MEC; IBGE.

Aumenta defasagem entre oferta de graduação e Residência Médica

Ao analisar a evolução nacional da taxa de estudantes de medicina por 1.000 habitantes comparada à taxa de médicos cursando Residência Médica (RM) por 1.000 habitantes (**Figura 10**), percebe-se grande defasagem entre a oferta do ensino de graduação (1,05 estudante por 1.000 habitantes em 2021) e a oferta da formação especializada (0,21 médico residente por 1.000 habitantes).

De 2015 a 2023 houve aumento de 57% na oferta de vagas de RM no Brasil, passando de 29.696 para 46.610 vagas (**Figura 9**), considerando médicos cursando programas de R1 a R6. Entretanto, a disponibilidade de vagas de primeiro ano de residência (R1) não tem sido suficiente para acompanhar o aumento do número de médicos graduados. Além disso, a oferta continua concentrada – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul têm juntos mais de 60% das vagas de RM.²

Figura 9 ALUNOS CURSANDO GRADUAÇÃO DE MEDICINA E MÉDICOS CURSANDO PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA - 2015 A 2022 – BRASIL, 2023

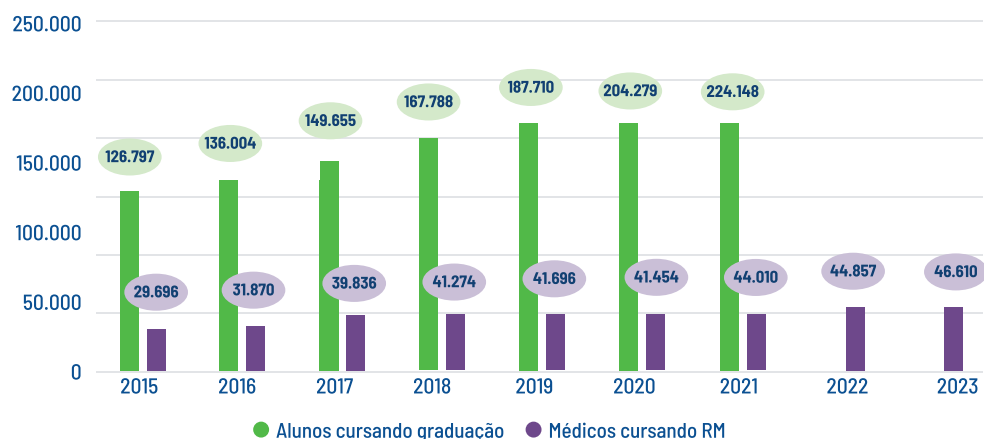
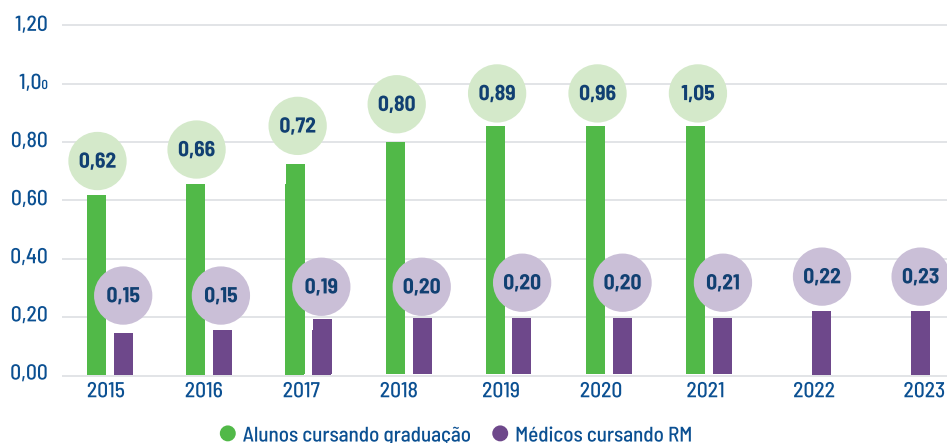


Figura 10 RAZÃO DE ALUNOS CURSANDO GRADUAÇÃO DE MEDICINA E DE MÉDICOS CURSANDO RESIDÊNCIA MÉDICA POR 1.000 HABITANTES - 2015 A 2022 – BRASIL, 2023



► Nota (Figuras 9 e 10): Número de estudantes não disponíveis pelo INEP para 2022 e 2023. Foi utilizado o número de “matriculas” do primeiro ao sexto ano em escolas médicas (INEP); e número de “vagas ocupadas” de RM, de R1 a R6 (CNRM/MEC).

► Scheffer M. et al. Radar da Demografia Médica no Brasil nº 1/2023 (FMUSP/AMB). Fontes: INEP/CNRM/MEC; IBGE.

Considerações finais

1. Realizada pelo estudo *Demografia Médica no Brasil*, a atualização das informações sobre oferta e distribuição dos médicos no país em relação ao tamanho real da população é mais um exemplo da relevância do Censo 2022 do IBGE.
2. Maior precisão na contagem dos habitantes do território nacional, pareada com o número de médicos disponíveis, fornece subsídios para pesquisas e para a definição de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do SUS.
3. Com a entrada de grande quantidade de novos médicos no mercado de trabalho no Brasil na última década, e após ajustes do tamanho da população, houve aumento da densidade médica por habitantes em todas as regiões. Mas também ocorreram mudanças na ordem de valor entre alguns estados, grandes centros ou municípios agrupados por estratos populacionais.
4. A desigualdade na distribuição de médicos não deve ser analisada apenas no nível macrorregional ou estadual, pois, mesmo em regiões bem servidas de profissionais, acentuam-se diferenças entre municípios. Possivelmente, a atratividade de um lugar em termos de sua localização geográfica, contexto econômico, oferta de serviços ou qualidade de vida é determinante para a instalação ou fixação de médicos.
5. Mesmo na atual realidade de maiores taxas de médicos por habitantes, ainda existem, no Brasil, os “desertos médicos”⁴, expressão cunhada na literatura internacional para definir situações nas quais faltam médicos, há dificuldade de permanência ou de reposição de profissionais. A baixa densidade de médicos ainda registrada em muitos lugares por certo contribui para dificuldades de acesso da população, devido à ausência do profissional em serviços, longos atrasos nos atendimentos e consultas e descontinuidade dos cuidados, com risco de agravar o estado de saúde de pacientes.
6. Horizonte projetado – de pouco mais de uma década à frente – antecipa consequências da intensa abertura de cursos e vagas de medicina. Avaliar profundamente a política de expansão da graduação médica e preparar o sistema de saúde para receber, em breve, de um a 1,3 milhão de médicos, são tarefas inadiáveis.
7. Superar as desigualdades verificadas na distribuição de médicos especialistas é imprescindível para que o SUS possa ampliar a Atenção Primária resolutiva e também o acesso a cirurgias, exames e consultas na Atenção Especializada à Saúde. Parte da demanda reprimida em especialidades médicas na rede pública, responsável por longas filas de atendimento, tem relação, dentre outros fatores, com a escassez ou má distribuição de especialistas, inclusive com a maior presença deles em serviços privados que não atendem usuários do SUS. O crescimento da população com mais de 60 anos – serão mais de 36 milhões de pessoas em 2025, segundo o IBGE – e o aumento das doenças crônicas não transmissíveis entre as principais causas de morbimortalidade no país, como câncer, diabetes, hipertensão e obesidade, indicam que haverá maior demanda por médicos especialistas. Portanto, diminuir a defasagem entre oferta de vagas de graduação e de Residência Médica é medida imprescindível.

8. A possível ampliação de programas de Residência Médica (RM) dificilmente irá cobrir o número crescente de médicos generalistas e sem especialização, que já somam cerca de 200 mil profissionais no país. Requer especial atenção o debate sobre o perfil e o lugar dos generalistas no sistema de saúde e sobre o papel dos programas de RM e das sociedades de especialidades médicas na preservação da formação especializada de qualidade.
9. Analisando os indicadores disponíveis de densidade de estudantes de medicina e de médicos em atividade, a desigualdade na distribuição dos profissionais no território brasileiro permanece, mesmo após legislação que promoveu a abertura descentralizada de escolas médicas. Como não decorreu tempo suficiente para a avaliação do efeito dessa expansão, é inadequado, no momento, utilizar menores taxas de médicos por habitantes como principal parâmetro para indicar a necessidade de abertura de novos cursos de medicina em determinados locais.
10. O Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁵ tem considerado resultados do estudo *Demografia Médica no Brasil*¹² em decisões sobre a abertura de escolas médicas, enquanto o Ministério da Educação (MEC)¹⁴ também revê regras para a autorização de cursos e vagas de medicina. Já o Ministério da Saúde promoveu em 2023 mudanças nas políticas nacionais de Atenção Primária e Atenção Especializada. Espera-se que a presente atualização contribua para a tomada de decisões baseadas em evidências.

REFERÊNCIAS

1. CFM, Conselho Federal de Medicina. Dados públicos do Conselho Federal de Medicina. Disponível em: www.portalmendico.org.br.
2. Scheffer M, Guilloux AGA, Miotto BA, Almeida CJ. Demografia médica no Brasil 2023. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP; São Paulo: Associação Médica Brasileira; 2023. 344 p. ISBN: 978-65-00-60986-8.
3. OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Demografia e saúde: contribuição para análise de situação e tendências / Rede Interagencial de Informações para Saúde; Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2009. 144 p. ISBN 978-85-334-1563-8.
4. Szabo S, Nove A, Matthews Z, Bajracharya A, Dhillon I, Singh DR, et al. Health workforce demography: A framework to improve understanding of the health workforce and support achievement of the Sustainable Development Goals. Hum Resour Health. 2020;18(1):1-10.
5. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>.
6. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados / IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico; Rio de Janeiro; 2023. 75p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>.
7. CFM, Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <https://demografia.cfm.org.br/dashboard/>.
8. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021 [recurso eletrônico]. Brasília: Inep; 2023. 115 p.
9. Relić D, Božikov J. Application of a system dynamics model in forecasting the supply and age distribution of physicians. Croat Med J. 2020 ;61(2):100-106;
10. Modelo de Dinâmica de Sistemas desenvolvidos no âmbito do projeto ProvMed 2030 (FUMUSP/OPAS/MS). Disponível em: <https://insightmaker.com/insight/18si9OzlymN604A2EbWoAR/ProvMed-Oferta>.
11. OECD, ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Health at a Glance 2022: OECD Indicators, OECD Publishing. Paris 2022. <https://doi.org/10.1787/507433b0-en>.
12. OMS, Organização Mundial da Saúde. Departamento de Recursos Humanos para a Saúde. Estabelecendo e monitorando referenciais de desempenho em recursos humanos em saúde: abordagem sobre a densidade da força de trabalho Edição nº 6/2009. Disponível em: https://www.who.int/hrh/statistics/Spotlight_6_PO.pdf?ua=1.
13. Scheffer M, Cassenote A, Guerra A, Guilloux AGA, Brandão APD, Miotto BA, et al. Demografia Médica no Brasil 2020. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP; Brasília: Conselho Federal de Medicina; 2020. 312 p. ISBN: 978-65-00-12370-8.
14. Brasil. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 650/2023, trata da política de chamamento público para autorização de curso de graduação de Medicina ofertado por instituição de educação superior privada. Diário Oficial da União 06 abr 2023.
15. STF, Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade Ministro Gilmar Mendes (Relator). 7/08/2023. Íntegra da Decisão disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15359879363&ext=.pdf>.
16. Massenburg BB, Saluja S, Jenny HE, Raykar NP, Ng-Kamstra J, Guilloux AGA, Scheffer MC, Meara JG, Alonso N, Shrimpe MG. Assessing the Brazilian surgical system with six surgical indicators: a descriptive and modelling study. BMJ global health. 2017; 2(2).
17. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica Nº 10/2023-CAIN/CGESCO/DESCO/SAPS/MS. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/ministerio-da-saude-divulga-diretrizes-para-equipes-multiprofissionais-na-atencao-primaria/sei_ms-0034918382-nota-tecnica-10.pdf
18. Brasil. Ministério da Saúde. Informe sobre adesão dos Estados ao Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas. 26/06/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/drac/pnrf/situacao-da-adesao-dos-estados/informe-programa-de-filas-26-06-2023.pdf>
19. SindHosp. Mapa do Acesso da Saúde de São Paulo. Disponível em: <https://sindhosp.org.br/sindhosp-lanca-mapa-acesso-saude-sao-paulo/>
20. Governo de São Paulo. Tabela SUS Paulista. Disponível em: <http://saude.sp.gov.br/>
21. ANS, Agência Nacional de Saúde. ANS Tabnet. Disponível em: http://www.ans.gov.br/anstabnet/cgi-bin/tabnet?dados/tabnet_tx.def

RADAR

O Informe Técnico Radar da *Demografia Médica no Brasil* divulga informes técnicos e atualizações do estudo *Demografia Médica no Brasil*, conduzido no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Demografia Médica integra atualmente Acordo de Cooperação Técnica (nº 1014318) entre Associação Médica Brasileira (AMB) e Universidade de São Paulo (USP).

O estudo também é objeto de Carta Acordo a ser celebrada entre USP, Fundação Faculdade de Medicina (FFM), Ministério da Saúde (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES) e Organização Pan- Americana de Saúde (OPAS).

Coordenador: Mário Scheffer (Professor Livre-Docente do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP)

Pesquisadores desta edição: Mário Scheffer, Alex Cassenote e Cristiane Almeida

Revisão: Sérgio Ribas e Mariana Caetano

Arte e Diagramação: Joana Resek

Mapas: Citimaps

Citação sugerida: SCHEFFER, Mario C.; ALMEIDA, Cristiane J.; CASSENOTE, Alex J. F. Radar da Demografia Médica no Brasil. Informe Técnico N.º 1. Setembro/2023. 26 páginas. São Paulo, SP: FMUSP, AMB.



O estudo *Demografia Médica* reúne dados, indicadores, séries históricas e análises sobre profissionais médicos no Brasil.

Desde 2010, a pesquisa visa produzir evidências científicas e subsidiar políticas públicas sobre formação, trabalho, oferta e necessidade de médicos no país.

Conheça a publicação *Demografia Médica no Brasil 2023*, disponível em:
www.fm.usp.br
www.amb.org.br